



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Angélica da Silva Teixeira

**O Homem Unidimensional e a cidadania focalizada:
Uma discussão frente a uma clínica odontológica de atendimento à
população de baixa renda**

Rio de Janeiro,

Setembro 2016

Angélica da Silva Teixeira

**O Homem Unidimensional e a cidadania focalizada:
Uma discussão frente a uma clínica odontológica de atendimento à
população de baixa renda**

Trabalho de Conclusão de Curso, o qual foi elaborado para ser apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Lustosa Bastos.

Rio de Janeiro,

Setembro 2016

Angélica da Silva Teixeira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte das exigências para a obtenção do título de graduação de Serviço Social.

Local, 05 de Setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^o Rogério Lustosa Bastos
Orientador

Prof. Dr^o José Augusto Bernardo
1^o Avaliador

Prof. Dr^a Gláucia Lelis Alves
2^a Avaliadora

Agradecimentos

Agradeço a DEUS, pai de Jesus Cristo por me ajudar nas horas em que nem mesmo os mais próximos não suportaram a carga de minha companhia. Mostrando-me através do seu amor incondicional que ELE é, e sempre será o meu melhor amigo. É uma honra servi-lo.

Agradeço a minha família por seu apoio e paciência. Mãe conseguimos! As minhas queridas amigas – irmãs que adquiri ao longo da minha formação. Como agradecer por cada sorriso, choro, tristeza, oração em grupo, em dupla e suas orações individuais? Cada trabalho, borracha, folha, cafés e Xerox? Como foi um privilegio conviver com vocês por esse período tão curto, mas que se apresentou tão longo no inicio, não é mesmo?

São elas: Quecia, me ensinando a ser forte mesmo com um aparecia angelical. Magda, enverga, mas não quebra! Margareth, forte e corajosa, mostrando que não existe tempo limite para as coisas, Célia, doce, responsável e com um caderno impecável. Pamela, doce, forte e sempre sorrindo. Mulheres que me ensinaram mesmo não percebendo: Luiza, Ayone, Alexandra (olha o café!), Priscila e Roseli.

Agradeço a Flávia Alves, que me auxiliou, orou, comemorou comigo e me fez rir em todos os momentos, até os mais tristes! Muito obrigada amiga. Amiga para toda eternidade.

E Claro, os meninos: André, sorriso marca registrada. Marcos, ensinando que é melhor seguir juntos, e cada sacrifício hoje, resulta em um crescimento único a dois. Afinal, ninguém cresce sozinho, parabéns pela bela família.

Ao meu Bispo Milton Braga da Silva e seu ministério. Que em momentos de incertezas me orientando a continuar e crescer, obrigada por tudo. Dar honra a quem merece.

Aos meus fieis amigos Felipe e Aline, por cuidarem de mim na minha trajetória, não apenas acadêmica, mas de vida!

Minhas amadas supervisoras, em especial: Márcia Carvalho e Regina Carvalho. Que continuam na luta em meio a tantas dificuldades, em busca pela humanização dos usuários. Obrigada por cada “bronca”, conselho e ouvidos atentos.

Ao meu orientador Dr. Rogério Lustosa, por essa caminhada em buscar na finalização desse projeto, pela paciência e profissionalismo com esse sonho meu.

Agradeço por cada trabalhador que de forma indireta ou direta contribuiu com seus tributos para que eu pudesse realizar esse sonho. Trabalhador esse, que talvez nem mesmo saiba escrever seu nome. A luta é pelo acesso ao direito tão importante a você trabalhador e sua família. Não é bondade, mas o justo. Somos cidadãos.

Obrigada a todos.

Deus abençoe a cada um em nome de Jesus.

“Pois para DEUS nada é impossível” Lucas 1;37.

“Eu quero tirar a ciência do domínio exclusivista dos sábios para entregar ao povo”

Roquette Pinto

Resumo

Esta pesquisa visa refletir sobre a prática de alguns alunos de odontologia que atendem os usuários da Clínica Integrada. Tal prática, observada no período em que realizei estágio na Faculdade de Odontologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, se traduz através de algumas queixas dos pacientes, por demandas espontâneas, que chegavam no setor de serviço social, gerando incômodos. Em resumo, elas podem ser descritas: ausência de cuidados sociais com os pacientes durante o tratamento (apesar do perfil deles ser de classe social baixa e ganharem pouco, tinham que pagar taxas onerosas de permanência de tratamento); uma certa inexistência social de garantias sobre a duração dos tratamentos (embora alguns pacientes necessitem de um tratamento duradouro, nem sempre eram concluídos no prazo esperado) e assim por diante. Frente a isto, para entender essa postura recorri a uma pesquisa bibliográfica, tendo como base o Homem Unidimensional de Marcuse. Além disto, discutimos também essa “unidimensionalidade”, que se traduz por um individualismo, próprio da cultura do capitalismo atual, junto a discussão da construção da cidadania focalizada (a qual a rigor, estava sendo usada nessa clínica”) em detrimento da cidadania plena. Lamentavelmente nossa pesquisa indicou também que frente aos direitos dos desfavorecidos, historicamente no Brasil o conceito de cidadania sempre foi usado a favor das elites e contra a grande maioria da população.

Palavras chaves: Clínica odontológica da UFRJ; Homem Unidimensional; população de baixa renda; cidadania focalizada; cidadania plena.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	09
1 . O HOMEM UNIDIMENSIONAL	12
2 . UMA DISCUSSÃO SOBRE O HISTORIA DA CIDADANIA NO BRASIL	19
2.1 CIDADANIA PLENA E FOCALIZADA	24
2.2 CAPITALISMO X CLASSE TRABALHADORA	30
3. A ORIGEM DO CUIDADO EM SAÚDE NO BRASIL	36
3.1 A CLINICA INTEGRADA : EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE ESTÁGIO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA	50

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho objetiva discutir a questão da cidadania focalizada e sua submissão aos valores do homem unidimensional marcuseano, principalmente diante dos atendimentos odontológicos realizados através da clínica odontológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ora, se a cidadania brasileira foi redigida sob os moldes do capitalismo, tal fato demarcou a distinção entre cidadãos. Neste formato, verifica-se que podemos discuti-la através de duas compreensões básicas: a cidadania fragmentada e a cidadania plena. Além disto, apoiado na perspectiva de Marcuse(2006), o qual defende que, sob a sociedade atual vivemos quase que totalmente identificados aos valores consumistas, os quais, a partir de nossa subjetividade, tal identificação nos faz ver essa sociedade individualista e consumista como algo natural, enfim, quer-se discutir nosso objeto sob tal prisma teórico.

O tema da pesquisa foi despertado durante o período de estágio no setor de Serviço Social da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse tempo, observei falas dos pacientes em tratamento que me causaram certa estranheza, quanto ao atendimento prestado aos usuários da unidade na Clínica Integrada. Tal fato me trouxe inquietações no que tange ao significado de cidadania que alguns profissionais vivem no trato cotidiano com os seus usuários naquela instituição, bem como alguns dos possíveis porquês de tratá-los como pessoas, praticamente, como cidadãos de 5ª categoria, ou seja, sem direitos sociais.

Em síntese, apesar de nosso estágio estar em uma universidade pública, registramos queixas dos usuários, as quais, em resumo, a título de ilustração, poderiam ser expressas, a partir de narrativas, que se traduziam nos seguinte: a) não obstante o perfil desses usuários ser de classe social baixa, eles tinham que arcar com custos, os quais, em tese, oneravam seu curto salário (taxa de consulta que eles tinham que pagar por cada atendimento; taxa do valor do tratamento; taxa da faculdade: custo do material de tratamento); b) dizia-se também, em relação a

tais taxas, que elas eram cobradas a fim de que esse montante arrecadado fosse aplicado para o benefício desses usuários, mas não observamos isso no cotidiano dessa clínica; c) registramos também uma falta de cuidado maior com o usuário: este era atendido por um profissional, mas, como teria que voltar, durante o processo de tratamento, dificilmente era atendido pelo mesmo profissional; d) havia também o que chamamos de um pendor para um certa frieza nos atendimentos, ou seja, como nos relatou alguns usuários: ele chegava ao atendimento e, além de mal se falar com ele, não era olhado como ser humano, mas sim como “uma boca que tinha que ser aberta” e que deveria se submeter ao mero procedimento técnico, entre outros fatores.

Enfim, esses descasos e contradições, as quais, a rigor, apareciam bastante nessas queixas espontâneas, nos inspirou para realizar este estudo. Assim, além de sinalizar que, do ponto de vista metodológico, fizemos uma pesquisa sobre nosso objeto, a partir das principais obras na área que os discutiam (ver tais obras nas referências), para desenvolver nosso trabalho, fizemos o seguinte:

No capítulo 1, abordaremos o conceito do Homem Unidimensional, baseado em Marcuse, que nos traz o entendimento do padrão de vida imposto pelo capital, bem como o comportamento dos sujeitos que estão sob essa visão.

No Capítulo 2, discutiremos a História da cidadania no Brasil, sobretudo, a partir do fim do Império. Aqui, principalmente nos inspirando na literatura especializada da área, tal como, por exemplo, a obra de Carvalho (2002), traremos elementos para se enriqueça a visão de cidadania no Brasil, segundo essa lógica.

No Capítulo 3, debateremos a “clínica integrada” odontológica da Faculdade de Odontologia da UFRJ. Em síntese, neste particular, veremos não só como ela foi criada, como também, e principalmente, o seu modo de funcionamento, particularmente no que toca aos seus usuários. Ressalte-se que, neste capítulo, serão discutidos também algumas queixas espontâneas que vieram, à tona, através do Serviço social dali. Tais queixas, que surgiram com demandas espontâneas, não são dados colhidos em entrevistas, mas simplesmente narrativas, antes de tudo, que

foram reproduzidas pela memória da autora que escreve estas páginas. Portanto, serão trazidas aqui, principalmente, mais como uma ilustração do que como documentos formais. Esperamos que, sendo narrativas ou não, sirvam para enriquecer o debate, sobretudo, para que tenhamos, cada vez mais, a preocupação de preencher possíveis lacunas na melhoria de atendimentos à população que busca a universidade pública.

CAPITULO 1:

O HOMEM UNIDIMENSIONAL

Neste capítulo, iremos abordar o homem unidimensional. Este não só é produzido de acordo com a ordem capitalista, como também diz de um modo de vida que se identifica com os valores dessa ordem. Diante disto, vemos que esse sistema, além de ditar as condições materiais baseadas em uma leitura econômica capitalista, ele dita também as condições subjetivas. O resultado é tanto a existência de um modelo unidimensional em prol dos valores do mercado, quanto a constatação que esses valores transpõem as esferas da produção e perpassam as relações sociais, adentrando pela vida individual dos cidadãos através de uma produção de subjetividade.

Isso implica que se há no sistema capitalista um modo de vida dito consensual que reproduz os valores do mercado, tal fato interfere não somente no modo como são produzidos e expandidos tais produtos, mas ditam o proceder das relações sociais. Assim, verifica-se a valorização das coisas em contraponto ao ser, ou seja, há aqui um fetichismo: enaltecimento das coisas supérfluas e aquisição de bens que destacam apenas o lado utilitarista (lado do ter), em detrimento de valores e sentidos que criam um caminho oposto. Neste último caso, o crescimento humano de forma diferente ao padrão reinante: valorizando relações de amizade, por exemplo, as relações amorosas, estéticas, éticas, mas sem visar nenhum ganho utilitarista. Isto sem contar que o capitalismo monopolista que subscreve o “homem unidimensional”, para reinar, se reproduzir e obter controle da situação, lança mão das mídias, as quais ajudam a moldar tanto a vida material e econômica, quanto os comportamentos das modas, do sexo, da aquisição das marcas, enfim, fazendo todo um trabalho junto à subjetividade.

Tal procedimento, entre outros, é um exemplo de como o capitalismo atual vem “ocupando” a subjetividade humana. Evidencia-se que é gestado aqui todo um trabalho, através da subjetividade, sobre o desejo humano. Este, além de denotar as necessidades reais de cada um de nós, diante desse fator unidimensional, ele passa

a estar a serviço do utilitarismo. Assim, passamos a desejar as marcas, um tipo de corpo, uma maneira de morar; passamos a desejar uma maneira própria de entender as relações afetivas, uma forma própria de criar nossos filhos e assim por diante. Neste particular, como se pode observar, está-se atingindo as dimensões não apenas exteriores, mas interiores do homem; está-se vendo os efeitos de o capitalismo ter “ocupado” a subjetividade.

Tais desejos são impulsionados de forma indireta, confirmados pela racionalidade do cidadão, através do processo de convencimento inconsciente e implementado de forma natural. O mercado do consumo cria necessidades de forma a justificá-la com conteúdo racional, através de sua subjetividade, adquirindo tais idealizações de forma calcada em um pensamento lógico, mas que é implantado pelo sistema capitalista com a única finalidade do consumo. A valorização do consumo e suas distinções e diversidade de produtos, tanto é disseminada como estimulada para que cada um de nós tenha desejo de tê-las.

As relações sociais são construídas através dessa disputa do consumo de produtos simbólicos, como defende Canclini (2006). Esta diferenciação no consumo de determinados produtos simbólicos traz em sua gênese essa lógica de segregação de grupos sociais, na qual um grupo é superior ao outro e isso é demonstrado através desses símbolos de pertencimento. Antes o capital demonstrava essa diferenciação de outras formas, como o território, o saber, a cultura. No caso, agora age de forma a não apenas influenciar de diversas formas o modo de consumir, mas o torna essencial à vida.

A ordem dominante dita a subjetividade hegemônica de modo indireto, transformando o homem e sua complexidade e desejos em apenas um objetivo, de obter o sonho da vida “de sucesso” em que o próprio modelo se traduz como o de felicidade. Tal modelo gerado, além de ser condizente com o próprio capitalismo, expande-se de forma consensual nas diversas esferas da vida: econômica, social, cultural, político, cultural, científico e tecnológico.

Tais indivíduos passam a pensar e agir segundo o modelo capitalista impõe, para alcançar o modelo de vida “de sucesso”. Hoje, o consumismo transpõe o sujeito

de modo a ditar as suas relações sociais (Entendemos que os mecanismos de dominação e reprodução do capitalismo não se findam no consumismo, este é apenas mais um dispositivo utilizado, desta forma, usaremos este com objetivo para apoiar a nossa pesquisa). Esse modelo, apesar da sua evidencia não é o único a ser vivido. Existem outros modelos existentes, os quais criam resistência, contudo o sistema capitalista, ao percebê-los sufocam.

A busca incessante da felicidade inalcançável, idealizada sobre os moldes burgueses, mostra-se abstrata, uma vez que o próprio ideário burguês reitera a ordem que oprime a felicidade palpável. A alma do cidadão no capitalismo que é criada torna-se serva no atual processo de trabalho. Isto não só torna seu desenvolvimento particular, estimulando para a concorrência econômica, como cria sua satisfação ligada diretamente ao mercado.

“Numa sociedade que se reproduz por meio da concorrência econômica, a simples exigência de uma existência feliz do todo já representa uma rebelião”
(Marcuse, 1969, p.100)

Assim, hoje o padrão capitalista dita pensamentos e padrões comportamentais nas relações sociais de maneira muito mais perspicaz, de forma a trazer uma lógica racional criada pelo próprio sistema, direcionando-a. Todavia, ao mesmo tempo, que o capital passa a imagem de sucesso e liberdade de consumo, se expressa em uma “repressão” aos reais desejos subjetivos de cada indivíduo. Suprimindo nossa subjetividade heterogênea à mecanização da mercantilização, através da homogeneidade dos desejos.

Alguns modelos de vida que traz essa percepção parece ser contrapor ao modelo atual e tem uma absorção até substancial de grupos, contudo as tendências geradas podem ser fruto do mesmo sistema capitalista, que diz combater. Esse “modelo anticapitalista” foi gerado ou permitido pelo sistema uma vez que o mesmo não interfere na dinâmica, na base e na expansão do capitalismo de consumo.

Em outras palavras, às vezes a atual ordem capitalista tanto cria a suposta oposição a sua ordem, quanto às ditas “sociedades alternativas”. Na verdade tais

procedimentos precisam ser desconstruídos de forma crítica, uma vez que, nem tudo o que se diz oposição ou mudança, sobre a atual ordem pode ser considerada uma real mudança histórica.

A busca pela felicidade se configura no consumo de bens materiais simbólicos. Símbolos que foram criados com a finalidade de exclusividade, pertencimento e valor àqueles cidadãos plenos que estão inseridos no grupo das elites burguesas, as quais podem consumir esses bens de consumo, serviços e cultura. Ao consumir tais produtos contribui se para a permanência da ambivalência existente. Ora, aqui se produz valores aos que compram como também, desvalorizam aqueles que não possuem. Esta desvalorização recai sobre o cidadão fragmentado, de classe dita inferior ao do burguês e o rotula como pertencente a classe considerada subalterna. Esse processo contribui e fortifica a desigualdade e distinção de cidadania existente no país. Fortalece o ideário de cidadania fragmentada, àqueles os quais é negado todo o acesso aos direitos plenos de cidadania. Obviamente tal fato se dá em virtude da exclusão econômica.

Como define Marcuse (2006, p.90):

“o indivíduo que coloca seu objetivo supremo e sua felicidade, nesses bens, se converte em escravo de homens e de coisas que subtraem o seu poder: renúncia a liberdade”

Esses traços, definidos no mundo globalizado, mercantilizado pelo sistema econômico, imperam no mais íntimo das relações sociais cotidianas e personifica claramente o buraco existente na sociedade para todos os outros cidadãos que não fazem parte dessa parcela de consumistas. Observa-se que o cidadão em quanto trabalhador assalariado vislumbra esse estilo de vida de sucesso, a qual pode trazer conforto e acessibilidade a tais bens, com a finalidade de se sentir também como um cidadão pleno. Com essa imagem liberal que o capitalismo se valoriza, pintando um quadro de que é possível chegar a onde se quer, quando se tem vontade; diante disto, caso não consiga a culpa recai sempre e exclusivamente no indivíduo. O que nos leva a crer que o ato de consumir torna se indissociável à vida moderna e a realização à busca da felicidade individual como cidadãos de prestígio.

Essa busca incessante por tal felicidade do consumo, além de supervalorizar os produtos, torna-se intrínseca ao sistema de produção fazendo com que o próprio cidadão desvalorize o humano. Ao mesmo tempo, esse cidadão tanto reduz sua valorização social ao consumo de bens simbólicos, até acabar por depreciar a sua humanidade. Sim, aqui no que tange ao sentimento, de sua essência humana, e ele se transfigura em um ser indiferente ao outro. Resultando: geram-se disputas entre os cidadãos, inclusive entre os da mesma classe social; mas que seu poder de consumo possa se diferenciar, nem que seja pelo cargo ocupado na empresa em que é assalariado assim com o outro.

Nesse processo produtivo de exploração das massas e a apropriação de poucos da riqueza produzida, inocula-se na subjetividade humana elementos ainda não existentes, tão enraizados, como a inimizade de qualquer racionalidade e sentimento que nos torne humanos. Afastando-nos de alma bela (Marcuse,2006), culminado, em uma sociedade fria que desqualifica o interior em contraponto da valorização do exterior, que manifestam-se na obtenção do maior número de produtos adquiridos. Em meio a todo esse caos que o sistema traz, o cidadão fragmentado se percebe “abandonado à própria sorte”.

A insatisfação do trabalho é presente ao cidadão fragmentado que percebe o ato do trabalho como uma necessidade para sua subsistência. O trabalho traz sua forma às vezes tão consumidora das energias do sujeito que o mesmo não obtém tempo e vitalidade para outros afazeres como, o conhecimento fora da sua área de trabalho profissional, relacionamento social fora da congregação do seu espaço de trabalho, o ócio, o descanso. Manobra do sistema capitalista com o intuito de manter o cidadão fragmentado cada vez mais longe de uma ação que modifique sua condição socioeconômica, através da participação ativa na política.

Tal processo na vida do cidadão fragmentado acarreta no estranhamento do homem pelo homem, trazendo efeitos de indiferença e rivalidade sobre tudo na área profissional. O outro torna-se inimigo pronto para tomar seu lugar na cadeia produtiva, gerando hostilidade e desfigurando a realidade, onde outro nada mais é que um trabalhador com os mesmos anseios e expectativa de uma vida de sucesso.

Ao produzir e reproduzir essa ideologia, o capital atinge a subjetividade de cada cidadão, e os tornam seres vazios em sua essência humana tendendo a reduzi-las, e os assemelha a meros “bens simbólicos”. Desta forma, condiciona-os a uma vida de trabalho incessante para a obtenção dos símbolos que os farão serem reconhecidos como cidadãos plenos aceitos pela própria sociedade excludente. O simbolismo não se traduz apenas no consumo de bens materiais palpáveis, o status de ser integrante de uma instituição, seja educacional, seja no trabalho, também é significativo aqui. Pertencer a esse padrão também traduz a lógica de vitoriosos perante a sociedade, destacando-se frente aos demais. Segundo Canclini (2006, p.60)

“Consumo é o conjunto de processos sócio culturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos”

Essa diferença intrínseca na subjetividade do cidadão traz reflexos nas relações sociais no cotidiano das massas. Verifica-se essa analogia na “hierarquização da escolha profissional”. Os cursos de nível superior, ditos como de sucesso, também são utilizados para a diferenciação entre esse grupo seletivo, seja estudando em universidades públicas, seja em particulares. Essa diferenciação pela exclusão atinge patamares diversificados, bem como se faz claramente em todas as esferas da vida cotidiana. Dessa forma, a tendência da escolha da profissão é revelada pelo status que tal categoria profissional simboliza a esses cidadãos. Configuração que mortifica, por vezes, talentos heterogêneos em detrimento do lucro.

. Diante desta “lógica”, a realidade parece inquestionável e insuperável, tornando o cidadão um mero consumidor. Enfim, neste particular, claramente com a finalidade de consumir e ser reconhecido pelos bens adquiridos, processo de coisificação e não por sua humanidade multifacetada. A cidadania que era legitimada pelo processo do trabalho, a partir da década de 20, agora se dará por via do consumo.

Relata Conh (2000, p.398):

“...passa agora a prevalecer não mais a situação do cidadão no mercado de trabalho, mas sua condição de cidadão enquanto capacidade de consumo e de poupança individual...”

O cidadão, sob tal unidimensional torna-se àquele que ignora os processos históricos. Assim, tende a se tornar dependente cada vez mais da tecnológica, não percebendo a essência de outros valores e vida. A cidadania do mercado, via consumo fragiliza o processo democrático social, viabilizando assim a perda de direitos garantidos, permanecendo e disseminando a exclusão da boa parte da população ao acesso dos direitos sociais. Direitos não mais com caráter universal, antes, como direitos individuais à capacidade de consumo de cada um, Cohn (2000).

CAPITULO 2

UMA DISCUSSÃO SOBRE A HISTORIA DA CIDADANIA NO BRASIL

Nesse capítulo abordaremos o conceito de cidadania, tanto no sentido de sua emergência quanto no aspecto de sua construção junto à população brasileira. Assim, veremos que não só ele emergiu principalmente a partir do Império no Brasil, como também, desde então, observamos que esse conceito se desenvolve notadamente através de duas categorias básicas, as quais, além de se apresentarem com pretensão natural, estão presentes até nos dias atuais: referimo-nos a “cidadania plena” e a “cidadania focalizada”. Antes de passarmos propriamente para o debate desses dois conceitos, baseando-nos em uma literatura especializada, José Murilo de Carvalho (2002), vejamos a história que envolve tal temática.

Nunca é demais repetir que o objeto deste capítulo, no Brasil, teve a sua emergência no fim do Império no Brasil. Neste instante, o país teve grandes desafios a enfrentar, dentre eles, talvez o maior fosse a integração dos não escravos libertados, como cidadãos no novo desenho social. (Uma economia basicamente escravocrata principal mão de obra e abolir sua integrar os repentinos e novos “cidadãos”) Obviamente havia, neste particular, uma contradição cabal: como integrar tal grupo de “emancipado por lei”, se de outro lado, vivia-se enraizadamente, sob uma sociedade escravocrata, baseada em uma economia latifundiária e um “Estado Absolutista”?

Além disso, o perfil dessa população de “emancipados”, segundo os senhores de então, não era favorável. Em sua esmagadora maioria, tratava-se de uma população de analfabetos, com costumes intrínsecos de servidão ao “dono” da terra, ao patrão a autoridade e assim por diante. Isto sem contar que nos deparávamos também com outros problemas que aumentavam tais contradições: paradoxalmente, observa-se a existência de ex-escravos, os quais, uma vez emancipados e conquistando um maior poder aquisitivo, eles próprios faziam os seus irmãos negros de escravos. De outro lado, em tese, a Igreja Católica, na época, tinha o discurso

(apenas teórico) que condenava retoricamente essas práticas. Contudo, no dia a dia, ela era proprietária de terras cuja mão de obra escrava se destacava.

Neste particular, tal instituição religiosa reiterava a ordem escravocrata por pregar a libertação apenas da alma:

“Ante de tudo, nós combatemos a escravidão da alma e não do corpo desses seres primitivos” ... (Carvalho, 2002, p. 24).

Enfim, como se vê, era comum, a temática escravidão ser algo que era usado ao gosto do bel prazer, bem como do usufruto total dos interesses desses senhores da ordem de então.

Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. Alguns eram alugados para mendigar (Carvalho, op. cit., p.26)

Aos “livres” faltavam subsídios para viverem, pois sem trabalho, moradia, educação, a única “saída” era viver uma existência, na qual seriam novamente subordinados aos seus ex-donos. Sim, sob aquele contexto, registre-se que havia também uma opção, digamos, que escolhida por uma minoria, mas que também era bastante problemática para tal grupo: para não serem subjugados a tal ordem de exploração de seus ex-donos, muitos fugiam para o sul, formando Quilombos. Contudo, tal “opção” não era muito promissora para os ditos “livres”, já que esses “Quilombos” eram fortemente destruídos pela força do Estado.

Como se observa, desde então, o poder do Estado estava muito mais a serviço daqueles senhores ditos proprietários, do que dos brancos que não tinham grandes propriedades, quiçá dos ex-escravos. Aliás, diante do poder do Estado, havia ainda claramente a disputa de dois poderes: o poder público e o poder do privado. Aqui, o poder dos latifundiários era tão forte (o poder privado) que não só se criava dissensões entre esses dois poderes(oligárquico), mas também se colocava, a partir disto, o poder do Estado totalmente submisso e alinhado aos interesses dos latifundiários. Sim, pode-se dizer que existiam leis ali, porém, elas não serviam para

serem aplicadas nunca contra a “Casa Grande”, ou seja, elas jamais feriam os interesses das grandes fazendas. Traduzindo: a lei não tinha um cunho de igualdade necessária para implementação de direitos civis, antes, era instrumento do poder próprio das elites.

A população diante dessa falta de cidadania, não se sentia pertencente a uma nação. Logo, tais procedimentos de pretensa movimentação para cidadania, não apresentavam consistência e abrangência nacional, pois eram geralmente focalizadas regionalmente. Isto significava segundo Carvalho (2002), que esse “sentimento de nacionalismo” ligado a cidadania, na sociedade brasileira, em geral só veio à tona a partir da Guerra do Paraguai.

Obviamente existiram outras guerras, mas principalmente da guerra do Paraguai, que esse sentimento de nacionalismo se sobressaiu. Apresentando de outro modo, não estamos afirmando que não houve manifestações populares e nacionalistas importantes no país, apenas estamos sinalizando que essa Guerra do Paraguai figurou como marco em termos desse fator.

A título de ilustração, em termos de revoltas, embora tenham, apresentado o caráter bélico, elas não trouxeram à tona o referido nacionalismo como a Guerra do Paraguai. Dentre essas revoltas, podemos citar, entre outras as seguintes: Tenentismo, Revolta das Cabanas, A Balaiada a Revolta das Vacinas. Frise-se ainda quanto a Guerra do Paraguai, tal evento não só legitimou e personificou esse sentimento de nacionalismo como também, passou a traduzi-lo através de alguns símbolos significativos: a bandeira brasileira e o seu hino nacional. (Carvalho, 2002).

Em relação ao processo de independência brasileira, esta não ocorreu para beneficiar a grande maioria da população, mas só para as elites nacionais e latifundiárias à época detentores do poder econômico (Carvalho,op.Cit). Em outras palavras, verificamos que a construção de um “país independente” não só se resumiu aos acordos entre a nata política, que o comandava, como também estabeleceu uma constituição a moldes monárquicos. Desta forma, essa

“independência” não alterou o quadro brasileiro para grande maioria da população, ou seja, ela novamente ficou favorável apenas para a dominação brasileira.

Deste modo, não havia interesse na instrução básica, para formar homens livres cidadãos, condicionalidade essencial à ruptura efetiva contra a ordem estabelecida. Um povo em que a educação, o conhecimento lhe é negado, dificilmente se construirá como protagonista político, nem verá o mundo de forma crítica para que possa lutar pelos seus interesses, os quais são interesses da melhoria de todos sem distinção.

Os direitos políticos não só aparecem à baila de discussão, como também ganham grande relevância no novo momento do país. O direito ao voto, por exemplo, foi institucionalizado de forma a contemplar todos os homens que continham certa receita e podiam comprová-la. Aos homens livres cabia o direito ao voto na primeira eleição. O perfil do eleitorado eram os homens, que de repente se tornaram eleitores sem base cidadã. Ora, do ponto de vista de se criar o referido protagonismo e emancipação real, o que tal fato adiantou?

Sem acesso à educação de base, o corpo eleitoral era depressivamente desencorajador, no que tange a questão da formação crítica de um cidadão livre. Aparentemente eram figuras abstratas, eleitores sem a alma de cidadãos. Um corpo “sem alma de sujeito”.

O corpo a ser eleito eram figuras de grande influência política e econômica, as quais não tinham o interesse na defesa de mudanças reais para a população. Aos eleitores cabia executar seu direito ao voto muitas vezes sob ameaças de atores, os quais eram direcionados pelos próprios candidatos à eleição, principalmente visando à garantia de sua vitória. Visto que os eleitores em sua maioria eram dependentes desses candidatos. Enfim, tais “eleitores” eram chamados apenas para ratificar a ordem. Isto quando, lamentavelmente, em vez de exercer livremente o seu direito de votar, trocavam esse “voto” por favores ou mesmo o vendiam de outra forma.

Sim, observava-se aqui um número significativo de eleitores que barganhavam seus votos, utilizando-o menos como uma arma cívica e mais como produto de valor e troca, uma mercadoria.

Essa prática se tornou tão comum que após o período da Independência, após as queixas dos candidatos em financiar tal ato visando sua vitória nas eleições, houve reformulações para o exercício do voto. Assim, o novo corpo eleitoral agora deveria ser alfabetizado e comprovar renda segundo as exigências estabelecidas.

O que se percebe nessa conjuntura é o desinteresse constante, das elites em não subsidiar formas para a preparação da nova população à cidadania. Demonstrando que a cidadania, até o momento, foi instalada de forma abstrata sem o real interesse de melhoria de todos. Diante disso, com a falta de ação do Estado a essa nova população livre, estes ficavam a mercê do paternalismo dos proprietários rurais e das elites e dos movimentos caridosos, os quais, é claro, eram regidos pela própria elite burguesa.

O Estado não educava e não penetrava no mundo do trabalho, alegando que a interferência feriria a liberdade no campo profissional. Ora, frente a isto, os patrões exerciam grande poder sob seus empregados. Cristalino aqui é perceber que a formação da idéia de cidadania apenas foi fixada para os que detinham o poder aquisitivo.

A grande maioria da população brasileira, desde então, pode se dizer que estava excluída de uma vida cívica e política ativa real: estamos falando de um processo, o qual o sujeito se torna protagonista crítico da vida privada e coletiva. Fato, de suma importância para o fomento da consciência crítica e a emancipação da criação.

Esses traços ainda ecoam de forma significativa na distinção de cidadania no Brasil. Podemos citar a exemplo, o atendimento prestado na Clínica da Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, localizada no Campus do Fundão. Ao analisar os dados levantados, coletados através de entrevistas sociais realizadas

pelo setor de Serviço Social da unidade, nota-se um fato curioso. Em geral, o perfil dos usuários atendidos demonstra que se trata de um segmento da população de origem de baixa renda, o qual reside em casas emprestadas, na zona Norte, Baixada e Oeste do Estado do Rio de Janeiro.

Em suma, ganham até dois salários mínimos e não concluíram o Ensino Médio. A maioria desse segmento, além de ter parado com seus estudos para trabalhar e ajudar no sustento da casa relata que recorre a “unidade Odontológica” por ser vista como atendimento gratuito e de qualidade, serviço esse que não encontra em seus bairros. Mas, considerando que abordaremos esse fato no próximo capítulo voltemos ao debate da cidadania.

2.1 – Cidadania Plena e Focalizada.

O conceito de Cidadania, segundo Marshal (1967) é definido pelo tripé do exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais. Contudo, a historicidade brasileira mostra que ao longo da construção da cidadania no país a identidade de pertencimento de um Estado-Nação foi pouco difundida.

Carvalho (2002), comentando a definição acima, relata que se o direito social surge primeiro, os direitos civis são enfraquecidos e os direitos políticos, pelo menos no Brasil, aparecem apenas ao final do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Diante disto, esses direitos foram concedidos para a população de forma errônea, alterando o resultado positivo organizacional do entendimento cristalino da cidadania.

Nesse caso, a ordem dos fatores altera o produto, ou seja, a ordem do tripé foi alterada e o resultado é o atraso, por décadas, na implantação, conquista e usufruto do gozo do cidadão aos direitos à cidadania plena. Verificamos que o traço que hoje permanece na atualidade é a distinção de cidadania. Atualmente, pela lei da Constituição Brasileira, são garantidos os direitos aos cidadãos brasileiros de forma igualitária sem distinção e nenhuma restrição de raça, de credo, de gênero, de nível social e cultural. Mas de fato o que ocorre?

Verifica-se que, no dia a dia, quem de fato tem acesso aos direitos plenos, no caso, são apenas os estratos de maior poder aquisitivo. Aqui, para os segmentos mais abastados financeiramente, existe o Estado, porém para os de menor poder aquisitivo, só há o Estado mínimo. Neste último caso, como se vê, estamos diante da “cidadania focalizada”: Está se aplica apenas aos segmentos mais pauperizados da sociedade, os quais, sem poder aquisitivo, contam com as “migalhas” do dito Estado mínimo: uma saúde pública precária, uma escola precária, uma política de transporte, de moradia, empregabilidade bem ruins e assim por diante. Sim, ainda aqui, há também o programa do “bolsa família”, as ONGs e uma série de ditos benefícios sociais, os quais, são repassados para esse segmento: o dito vale transporte, o auxílio alimentação, um auxílio saúde, etc. Contudo, tais benefícios, dentro da política do Estado mínimo, beneficia mais as empresas que aderem a tais programas de “inclusão” e menos os segmentos mais pobres. Basta dizer que, as empresas que aderem a tais programas, recebem benefícios fiscais.

A contradição social cujo resultado beneficia, em termos de cidadania, os estratos mais abastados não para por aí. Em termos de moradia, do plano territorial, quem tem maior poder aquisitivo, reside em lugar com melhor infra-estrutura, tanto no que se refere ao saneamento básico, segurança pública, transportes, acesso a cultura e área de lazer. Os estratos de menor poder aquisitivo, de outro lado, quando não moram nas comunidades carentes que não contam com nenhuma ajuda do Estado, exceto uma polícia violenta e militarizada, esses estratos pobres vão residir em lugares bem longe de tudo e de todos. Obviamente, seja sem ou com condições de moradia bastante precária, pelo menos em comparação aos níveis mínimos de qualidades de vida, tais cidadãos focalizados, para chegarem aos seus empregos (que também são precários), passam horas dentro de trens ou ônibus que existem não para servi-los, mas para dar lucros exorbitantes para as empresas privadas de transportes.

Curiosamente, em paralelo a tais contradições que, segundo nos parece, criam duas cidadanias, uma que reconhece o cidadão, mas como “cidadão consumidor” (os que têm poder aquisitivo) e a cidadania “focalizada” (para os pobres), há todo um discurso para se lidar com isso. De um lado, aqueles que têm o poder de consumo,

os estratos de maior poder aquisitivo, são denominados por essa lógica de cidadãos de sucesso. Do outro, os que mal têm o que comer e cujos salários são baixos, intitulados de fracassados.

E o pior: em tese, o cidadão dito de sucesso, que têm acesso a melhor educação, moradia, saúde, cultura, acessos que se dão pela vida privada, além de achar que tudo isso é natural, tende a não perceber a realidade controversa, as quais estão submetidos, os considerados cidadãos de ‘má sorte’. Em que se pesem as raríssimas exceções, lamentavelmente, para esse cidadão de “sucesso”, não há o que modificar.

Quanto aos cidadãos “focalizados” que vendem a sua força de trabalho, por um salário que não supre suas necessidades básicas, eles não só ficam à mercê desse sistema, que os exclui e lhes intitula de “fracassados”, como também são frutos da produção e reprodução do sistema capitalista vigente. Obviamente, o que quase não se enxerga e que, sob a ordem desse sistema, tais pessoas são subjugadas, exploradas e alienadas, fato que rubrica a permanência de tal égide.

A cultura do capital define que o Estado deve ter atuação mínima para os menos afortunados, máxima atuação para os grandes proprietários de terra, latifundiários, banqueiros. A lógica se define, dessa forma, uma vez que o ciclo econômico que sustenta o sistema vigente não seja abalado, a desigualdade e a miséria devem existir juntamente com a riqueza socialmente produzida e apropriada por um grupo seleta da população.

Não obstante a isso, o capital cria rótulos para os que foram negados tais acessos vitais de sobrevivência. Vistos como preguiçosos inválidos ou pobres são todos os que não alcançaram o modelo de “vida de sucesso”, que o grande capital impõe. E por esse motivo estão à margem da sociedade. Essa diferenciação alcança todos os níveis da vida do sujeito, desde a impossibilidade de obter o mínimo para a sobrevivência à locomoção geográfica, social, cultural e educacional.

O capital favorece as elites burguesas a preço da morte de milhares de pessoas, seja fisicamente ou intelectualmente. A cidadania a qual o capital concedeu, aos cidadãos brasileiros, a duras penas vem nesses moldes. Todavia, ao longo dos anos os cidadãos focalizados foram obtendo entendimento que o abstrato não era o mesmo que o real, e que algumas ações do governo não estavam corretas. Esse grupo de cidadãos focalizados lutou para obterem melhorias, dentre outras, principalmente nas áreas do trabalho e direitos sociais. Mediante a isso, por receio dos movimentos que se alastravam no país e ganhavam força através dos sindicatos, e dessa forma ameaçando a elite burguesa brasileira. Foram concedidos pelo Estado, algumas pequenas modificações histórica. Contudo, o que se percebe é que os direitos sociais e trabalhistas carregam em sua gênese a essência de benefícios.

O governo permaneceu com a figura representativa de paternalismo na República. Muitos trabalhadores simpatizavam e idolatrava o então presidente, "pai dos pobres e mãe dos ricos". Essa imagem de preocupação com o povo que o governo passava, era mais uma forma de manipulação das massas, para obter a legitimidade do seu governo naquela época.

Observe-se que entre o fim da escravidão na forma de lei (em 1888) e até o governo Getúlio, na realidade, não se passaram 50 anos. O que historicamente no Brasil é um curto período para que a imagem "paternalista coronelista" se apagasse das mentes dos cidadãos.

Todo esse movimento dos trabalhadores em busca de acesso aos direitos trabalhistas e sociais ameaçou a estrutura do sistema capitalista no país. Haja vista, que as políticas públicas conquistadas em sua maioria ficaram no abstrato, como por exemplo, o direito à moradia e a alimentação, os quais são garantidos pela Constituinte de 88. Em suma, as políticas públicas, que hoje são viabilizadas através de programas, efetivamente falando, se tornaram focalizadas, fragmentadas e minimalistas. Diferente da cidadania universal, que é estabelecida pela nossa Constituição, tais políticas em nada mudam a engrenagem capitalista, à qual é a origem das mazelas que povo vivencia cotidianamente(Ianni,2002).

Ao analisarmos, verificamos que na realidade a dita revolução que aconteceu no país, foi baseada no modelo Prussiano: tal mudança só não vem de cima para baixo, como também é realizada por um acordo que sempre beneficia as elites.

Assim, a resposta do Estado para a população no que tange a direitos sociais, civis e políticos foram realizadas de forma a “mudar para não mudar”. Ou seja, tendem a ser realizadas para não modificar a estrutura e os interesses hegemônicos. Houve e há uma distinção de cidadania aqui, que são discutidas de duas vias de compreensão: A cidadania Plena e a cidadania Focalizada. Tal fato demonstra as diferentes formas como o capital separa os cidadãos e também transforma o potencial dos sujeitos a sujeitos.

O exército industrial de reserva, os “não trabalhadores ativos”, são frutos esperados para a ordem e expansão do capital. Tal “exército” subscreve novas formas de relações sociais. Criando novas formas de relações sociais aonde o humano deixa de ser importante e a coisificação ganha espaço. O ter, dentro dessa lógica, se torna essencial para se perceber, que nos tornamos sujeitos de consumo e não sujeito de direitos. Aqui, a imagem passa ser mais importante do que a essência, o consumo de bens distingue os que têm acesso ou não ao pleno exercício efetivo da cidadania.

A estigmatização do pobre e negro vem de origem ainda do modelo escravista brasileiro, tão enraizado que se perpetua por décadas na sociedade. Mas ressaltamos que o capital cria e se apropria dessa rotulação para que os próprios trabalhadores não se vejam como uma classe única, havendo dissensões no interior da própria classe do proletário. E a figura do pobre que nasce pobre e morre pobre, fato que se explica, absurdamente, culpabilizando-o. Enfim, isto não só está naturalizado nos costumes, como também, infelizmente, ainda ecoa nas entranhas da sociedade brasileira atual.

Na realidade, o capital gera a miséria e cria mecanismos de modo a influenciar as mentes do proletário, principalmente para que ele não se veja como uma classe única, composta por indivíduos que são sujeitos do direito sob um Estado

Democrático no caso do Brasil. Enfim, o capital se apropria de forma tão subliminar do sujeito que os pensamentos capitalistas passam a compor os pensamentos dos próprios trabalhadores. Parece familiar essa ação: aqui, vale lembrar que os próprios ex-escravos subjogavam seus pares como escravos. Paradoxalmente, sob os dias atuais, ocorre algo parecido: quem é explorado, uma vez conseguindo se mover economicamente, quando chega “lá”, acaba repetindo a cadeia de exploração, alienação e subjugação junto ao proletário.

A Constituição Federativa do Brasil em seu modo de lei têm diretrizes e ordenamentos de excelente redistribuição de renda, notadamente apontando diversas políticas públicas para os cidadãos brasileiros. Contudo, essas “políticas públicas” ficam ainda em seu modo abstrato, ou seja, na efetividade do cotidiano dos cidadãos as políticas chegam à população de forma distorcida, fragmentada, focalizada. Enfim, elas passam a ter caráter assistencialista descaracterizando a sua essência de política pública de direito, ou seja, passam a ser uma política pública de caráter de benéfico, paternalista e caridoso. Como menciona Iamamoto (1999, p.36)

“A cidadania não se construiu historicamente no Brasil, como nos países Europeus. Aqui prevaleceram as relações de favor, de dependência...”

A lógica neoliberal em seu Estado mínimo, onde a máxima de investimento é para o próprio capital tem por lógica afirmar que o Estado não tem condições de efetivar de forma plena as políticas públicas institucionalizadas, afirmando que efetivá-las inteiramente a todos os cidadãos se torna oneroso aos cofres públicos. Por essa perspectiva, as políticas públicas tendem a atender de forma muito frágil e fragmentada as reais necessidades da população carente.

2.2 Capitalismo x Classe Trabalhadora

No sistema capitalista existe o dito proprietário dos meios de produção, que compra a força de trabalho por um valor fixo. Há o trabalhador que vende a sua única “mercadoria”, que é a sua força de trabalho em troca de um salário. Contudo, sua força de trabalho produz o valor pelo qual foi contratado e um grande excedente o qual o capitalista se apropria. Desta maneira, no período de trabalho, esse trabalhador produz o valor o qual foi pago a fazer, e, além disso, produz esse excedente que é denominado de a Mais Valia. Todavia, a Mais Valia produzida pelo trabalhador não é apropriada por ele, mas sim pelo capitalista.

Nesse sistema econômico, além da extração da Mais Valia existem outros elementos que o constituem e o fortalecem, tal como o Exército industrial de reserva, que é uma grande população desempregada. Esta, por sua vez, faz com que o capitalista possa “barganhar” os salários de seus trabalhadores, inclinados para baixo. Diante disto, o trabalhador para não perder sua única fonte de renda, submete-se a tais condições, pois se ele negar essa proposta perderá seu emprego e prontamente será substituído por outra mão de obra com valor de salário igual ou menor de que o seu.

Essa exploração da força de trabalho gera impactos negativos na vida do trabalhador, esteja ele na ativa ou não. O aumento da riqueza socialmente produzida e apropriada por uma parcela mínima da população, cria-se mazelas na sociedade que se desdobram em diversas formas, tais como o desemprego, o subemprego, a fome, as doenças etc. A isto foi denominado de ‘a Questão Social’, ou seja, essa Questão social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista (Iamamoto,op. 2001 Cit, p.27)

Em suma, a exploração dos trabalhadores tem sua gênese no sucesso do capital e a força repressiva do Estado o auxilia nessa perspectiva. Daí que o sistema capitalista gera uma fábrica de desigualdades e antagonismos que constituem a questão social (Ianni,1992. p. 92).

As expressões da Questão social são diversas, sendo:

“... Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão...” (Ianni, 1992 p. 94).

Como se observa, a partir da citação acima, a raiz das mazelas vividas pela grande massa dos cidadãos fragmentados, não é explicitada. Ao contrário, elas aparecem como essas expressões que são camufladas e direcionadas a vida privada do cidadão fragmentado.

Diante disso, vê-se que existe também uma “psicologização” de muitos problemas sociais, ou seja, em tese, culpabiliza-se o indivíduo, naturalizando-se as suas misérias. Aqui, na maioria das vezes, o Estado mesmo tendo a clareza da origem da pauperização absoluta ou relativa advindo do Capital, transfere a situação de miséria ao indivíduo: não contextualiza social e historicamente a relação de produção e reprodução do sistema capitalista, o qual esse indivíduo está inserido. Isto pode ser lido ainda com uma certa “moralização” dos problemas sociais. Em outras palavras, se de um lado, podemos discutir a influência da singularidade, a qual, sob certos contextos, enfrentando uma série de problemas sociais, ela pode ser afetada e apresentar uma participação significativa nos distúrbios da saúde mental. De outro lado, quando a priori, diante de todo e qualquer problema social, culpabilizamos o indivíduo, não só estamos mascarando os problemas sociais com uma psicologia extremada, como também estamos reduzindo tal problemática ao mero jogo de que há um padrão 100% certo e inquestionável de se viver. Neste particular, o entendimento padrão se dá como se a sociedade dos que obtém “sucesso” fosse perfeita e os imperfeitos, os ditos fracassados economicamente, são os indivíduos não-adaptados.

Então, nesse particular, a problemática da Questão Social é vista pelo Estado como algo individualizado, que segue à margem da sociedade. Diante disto, a resposta concedida para esses problemas são políticas sociais frágeis que não resultam na emancipação do cidadão, antes, o mantém na mesma situação e o faz dependente de uma assistencialização ínfima, que subtrai e enfraquece os direitos sociais já estabelecidos em lei.

Nessa medida, tanto se está diante do Estado cujo papel central é exercido pelas formas políticas com fins neoliberais, quanto essas formas de organização do Capitalismo modificam a vida privada e pública dos cidadãos focalizados. A Política Social, nesses moldes tem essa característica de ambivalência, serve como resposta as demandas de determinados grupos e fragiliza um novo projeto societário, o qual o mesmo grupo fragilizado luta em prol de uma sociedade com redistribuição de renda equitativa.

Percebe-se a criação de uma nação que enriquece, mas que ao mesmo tempo empobrece seus cidadãos e, sendo os cidadãos fragmentados e culpados por tal situação de pauperismo, criando um dualismo social (Ianni,1992). Este não só perpetua décadas e cria a referida distinção entre os cidadãos. Em outras palavras, estamos falando dos cidadãos plenos e cidadãos focalizados, os quais mediante essa realidade do dualismo social estranham-se, e também não se percebem como sujeitos de direitos. Obviamente, estamos tratando aqui dos povos e grupos que além de se apresentarem socioeconomicamente como pobres, para a ordem hegemônica são vistos como fracassado, preguiçoso, sujo, violento e ignorante. É essa a causa de sua situação econômica e social.

Esse modelo de pensamento se torna senso comum e faz com que a realidade e a verdade sobre o sistema exploratório do Capital continue as escuras, perpetuando sua lógica de acumulação. Mas tal pensamento se torna inverdade como cita Ianni(1992,p. 92).

“ ...Mas cabe lembrar que a economia e a sociedade , a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem se reciprocamente...”

A moralização da Questão Social traz julgamento de valor e a estigmatização do cidadão fragmentado, percebendo o como resultado do seu próprio desempenho no trabalho e na sua vida privada. E não obstante a isso, verifica se a vigilância da vida privada apenas dos cidadãos fragmentados via Políticas Públicas. A exemplo o monitoramento das famílias que fazem parte do programa Bolsa Família.

E a Democracia? Onde podemos colocá-la como um “sistema de Proteção” de seus cidadãos. A quem ela serve?

O modelo democrático atual tem claramente dois adversários o governo da tirania e o bom governo democrático. Esse último estimula a vida política dos cidadãos, o qual confronta as decisões do Estado e o aborrece, sobretudo, junto a sua contínua parceria com o modelo capitalista (Rancière,2005).

Para evitar a vitalidade dos cidadãos, a vida participativa do governo, necessário faz a criação de distrações, a rigor para desviá-los e o fazerem aceitar as decisões impostas de forma resignada. Tal sistema cria o modelo de felicidade individual, dessa forma desvia a atenção do indivíduo mais ativo da vida política decisória, distorcendo a realidade e o faz mergulhar nessa realidade inventada, pulsando os corações e seus anseios voltados para si e sua vida privada que se limita no máximo a um familiar próximo.

Como descreve Jacques Rancière, (2005, p.32)

“o que provoca a crise do governo democrático nada mais é que intensidade da vida democrática”

Tal estratégia desvia os anseios de respostas do Estado para a vida social, política e econômica dos grupos que estão fora do pertencimento da riqueza apropriada, deixando os à margem da sociedade e os excluindo cada vez mais da vida cidadã dos direitos. Pois, a vida cidadã dos deveres está posta e imposta pelos mecanismos do Estado.

Portanto, a estratégia do Estado e seu sistema econômico não apenas distrai o indivíduo, mas traz desdobramentos em sua subjetividade transformando-os em indivíduos egoístas, ou seja, em um consumidor ávido: o atual homem democrático.

A democracia burguesa hoje estimula e tem por princípio a liberdade do consumo, convertendo os atores que deveriam ser participativos de uma sociedade, fazendo frente aos seus direitos, agora transfigura o cidadão em mero individualista de direito ao consumo, para obter a felicidade idealizada. Tal modelo de felicidade é

valorizado por esse modelo atual de democracia, fazendo emergir cidadãos que buscam essa felicidade particular e calculista. Nesse formato a democracia se limita a igualdade de consumo, do consumo narcisista. Todavia, o consumo o qual se apregoa deve ser limitado, afinal, se todos podem consumir em grande escala não haveria distinção de classes e classes. Rancière (2005, p.28)

“A individualidade é uma coisa boa para as elites, torna-se um desastre para a civilização se a ela todos tem acesso”

A exclusão social é inerente ao modelo hegemônico de economia, sem essa exclusão não haveria a diferenciação do melhor, do “sangue azul”. Sem ele não haveria hierarquização econômica e social, seríamos todos apenas humanos em um mundo findável. A essa proposta às elites existentes não almejam serem vistos como um cidadão normal de classe social regular. Ao contrário, por deterem os meios de produção e viverem da mais valia espremida dessa classe excludente, se percebem acima do restante da massa de cidadãos focalizados. Tendo a individualidade como um mecanismo de controle sobre eles, tornando um ideário de ser único, ter para ser. A individualidade serve para criar o mundo da elevação social, a meta da felicidade do consumo. Entrelaçando o cidadão nessa falsa realidade da vida feliz: a vida do consumo.

Nesta lógica, apenas o modelo de vida de sucesso, pode ser alcançado por essa massa, através de muito trabalho e esforço. E só através do trabalho conquistar a posição em outro nível econômico e social. Desfocando por completo a origem dos males em que vivem e por meio disso retirando a responsabilidade do Estado e o processo e projeto societário que ele apóia. O projeto à servir o capital. O modelo democrático hoje serve-se dessa figura de igualdade entre todos, para germinar a lógica capitalista e seu alastramento e desordenação da vida social. Ou em outra análise é através dessa desordenação mascarada de democracia que se faz a ordem para o capital. Rancière (2005).

A busca por tal felicidade individual produz em seus seguidores a naturalização dos males sociais vividos e a beatificação do trabalho, gerando um ciclo no qual o cidadão consumidor, serve como produtor da Mais Valia, mas não apropriador dela,

assalariado que vê no trabalho a chance de crescimento econômico que lhe fará ter uma vida digna de cidadania plena, individualizando e limitando sua felicidade ao consumo, resignados a meritocracia. Ao que parece, esse cidadão consumidor é apenas uma ferramenta utilizada pelo capitalista para se manter no poder, e o faz rodar em seu mundo de fantasia inalcançável, não questionando o papel do Estado frente à desordem posta no dia a dia a ele.

“O governo pacífico da oligarquia desvia as paixões democráticas para os prazeres privados e as torna insensíveis ao bem comum” (Rancière, 2005,p. 95)

Devemos analisar qual projeto societário essa democracia viabiliza, e a que ela se propõem. Se esse projeto fortalece ou não o “bem comum” ou como analisamos apenas está sendo utilizado como mais um processo que auxilia o sistema econômico vigente ao despolitizar os assuntos sociais (Rancière).

Tal forma de democracia esquivar-se do entendimento comum que a palavra propõem. Sendo democracia, sistema político cujo povo elege seus representantes de tempos em tempos, com o propósito de que suas demandas, coletivas, sejam respondidas de forma eficaz e satisfatória, visando respostas aos anseios básicos de uma vida digna a todos os cidadãos.

Uma vez que o sistema concede poder “absoluto” para uma parcela ínfima da população governar, essa classe dominante gera mecanismos para gerar desinteresse da vida política pública. Ou seja, aos que pertence a massa de cidadãos focalizados, no caso brasileiro, esses cidadãos se afastam do interesse da vida política e acabam por se resignarem em aceitar as políticas e ações dessa minoria empoderada.

Capítulo 3

A ORIGEM DO CUIDADO EM SAÚDE NO BRASIL

No presente capítulo discutiremos brevemente a origem do cuidado com saúde para as populações pobres no Brasil e seus reais motivos políticos. A partir da Proclamação da República. Com fim o da Escravidão e a Proclamação da República, em 1889, marco histórico no país, configura-se uma nova política econômica, agora voltada para os moldes da econômica capitalista e sua expansão no Brasil como sinônimo de avanço e modernização. As transformações que incidem na área da saúde apenas ocorrem através do Estado, mediante as manifestações dos atores sociais (classe do proletário). Neste contexto, as respostas às necessidades da população advêm da necessidade do capitalismo. Assim, de acordo com Costa, 1986.

As práticas sanitárias daquela época visavam, fundamentalmente, ao controle do conjunto de doenças que ameaçava a manutenção da força de trabalho e a expansão das atividades capitalistas no espaço da cidade e de outras áreas do campo. Seu objetivo, ao contrário de proteger a totalidade dos habitantes do país ou recuperar a saúde dos homens, foi, basicamente, utilitário, sendo definido por interesses de grupos dominantes internos ou pela expansão do capitalismo em escala internacional (Costa, 1986, p.115).

Evidenciamos que o processo de cuidados com a saúde da população no país, na época, apenas tinha o intuito de não perder sua força de trabalho, de modo a não atrapalhar o avanço do capital.

...é exemplificada pelo marco da Proclamação da República no Brasil, em 1889, quando se inaugura um padrão de articulação da formação social brasileira com sociedades capitalistas avançadas, no qual se reforça a economia exportadora capitalista do café e, paralelamente, a necessidade de políticas públicas orientadas para a preservação da força de trabalho. Isso significa uma organização sanitária baseada na consolidação da inserção da economia brasileira no quadro do capitalismo mundial. (Costa, 1986, p115).

Como se percebe, pelo trecho acima, os esforços empregados pelo Estado com intuito de melhorias à população eram sempre de cunho mercadológico. Essas iniciativas tímidas e mínimas se percebem ao longo da década de 1920, o agir do Estado no campo da saúde se restringia a campanhas epidemiológicas nas áreas urbanas para contenção das doenças em períodos de surtos elevados. Verifica-se

respostas as necessidades da população referente ao mundo do trabalho, mediante os protestos das classes subalternas, há a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões. O custeamento das CAPS se dava parte pela contribuição monetária dos empregados e uma pequena parcela pelo empregador e o Estado.

Na década de 30 verifica-se uma débil assistência médica inclinada mais pela perspectiva da assistência contributiva, ou seja, referimo-nos aos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, ainda voltada somente para os trabalhadores de carteira assinada e suas categorias. As unidades dos IAPs eram fragmentados por categorias profissionais. Obviamente, tal fato gerava serviços desiguais, a cada categoria profissional. Esse modelo de saúde era não só privatista e tinha contributivo obrigatório, como também gerava uma disputa entre as categorias profissionais, aumentando a segregação à população mais pauperizada que continuava sem acesso à saúde. Evidentemente, estamos falando, aqui, de uma política de assistência que além de não reconhecer o usuário com direitos plenos, o faz refém da filantropia, fato que fortalece ainda o modelo de cidadania fragmentada dentro do próprio trabalho formal.

Modificações significativas, com a industrialização no país, na década de 50, com o governo de Juscelino Kubitschek, traz consigo um conglomerado de trabalhadores para os centros urbanos. Exigindo uma resposta mais efetiva do Estado no âmbito da saúde, face esse novo contingente de operários instalados nos centros. Nesse contexto unificam-se os serviços de saúde, os IAPs. Com a criação do Instituto Nacional de Aposentadoria e Pensões - INPS em 1966, que uniformizava os serviços, contudo não universalizava. Mantendo assim, seu modelo excludente e contributivo.

Trazemos a baila questões importantes para o entendimento do processo do cuidado com saúde para a população de baixa renda no país, durante esse percurso a saúde obteve características, como descreve Paim (2008), modelo médico-assistencial, curativo, individual, médico-hospitalar e centralizado.

O modelo médico-assistencial privatista que se conforma com o desenvolvimento da medicina previdenciária; os programas especiais que se instauram diante da crise sanitária dos anos setenta e, nessa mesma conjuntura, os modelos de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitária, institucionalizados sob lógicas, legislações e estruturas, Paim (2008).

Em 1977, com auxílio do Estado, o modelo assistencial privatista, cresce em face ao financiamento do Estado no âmbito nacional e internacional (na aquisição de equipamentos). Aparentemente há uma expansão para as populações mais marginalizadas no acesso a saúde. Entretanto, o que permanece é um modelo excludente as camadas mais pobres da sociedade.

A Conferência de Alma Ata em 1978 traz consigo um divisor de águas no que tange ao entendimento de saúde.

A Conferência reafirma enfaticamente de que a saúde, de um lado, não é ausência total de doença, mas uma busca pela qualidade de vida. De outro, a referida qualidade de vida, antes de tudo, é um processo de construção, uma busca constante por um estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade. Além disto, esse “processo” é um direito humano fundamental. Enfim, além de ser indiscutível como direito pleno, ele é também uma meta social mundial a ser partilhada em qualquer país, território do planeta, bem como em diferentes momentos históricos. Daí que a sua realização, longe de ser um mero argumento de retórica, antes de tudo, requer esforços conjuntos, pois, para se concretizar, ela não é algo que depende só do setor de saúde, mas da articulação com muitos outros setores, tais como o setor político, social, econômico, para ficar em alguns exemplos.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, ressalta principalmente o fato da necessidade da participação das entidades representativas da população dos empresários, dos médicos e também de uma cúpula do Estado (Bravo, 2009).

Como anexo nessa conferência, ocorre a 1ª Conferência Nacional em Saúde Bucal no Brasil (CNSB); a busca de um novo olhar ao planejar a política de saúde bucal e sua universalização bem como sua inserção no Sistema Único de Saúde como parte integrante dessa perspectiva mais ampla do entendimento de saúde.

Na 2ª e 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal, norteou novos rumos para a política de saúde bucal no país. Visto como um direito de cidadania, universal e responsabilidade do Estado. Valores já adquiridos na 1ª CNSB.

A efetiva inserção da saúde bucal no Sistema Único de Saúde teria a proposta de desmitificar modelos de programas verticais e de políticas ainda existentes que não levavam em consideração a realidade concreta. Dessa forma, foi aprovado que essa inserção se daria por meio de processo sob controle da sociedade (conselhos de saúde), descentralizado, medida importante para a garantia do acesso por meio universalidade, bem como a equidade da assistência odontológica. Costa (2006).

Obviamente tal fato evidencia a importância dos movimentos organizados não só para destacar o lado protagonista desses grupos, mas também efetivar os interesses deles na elaboração de políticas de saúde. Enfim, tais atores sociais, agora dando sua participação, propõem a Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde. Enfim, este é apenas um dos exemplos interessantes decorrentes da participação popular, fato que, como se observa, ao dar sua colaboração, pode romper com a unilateralidade das decisões tomadas em prol do capital.

A Constituição de 1988, marca a força e a importância das lutas dos movimentos sociais em busca de direitos e serviços de qualidade universais a toda a população, serviços advindos pelo Estado, sendo gratuitos de acesso livre, como forma de legitimar as demandas das massas subalternizadas e excluídas pelo sistema de saúde presente. E a unificação e universalização pelo Sistema Único de Saúde (SUS), não mais com características privatistas, excludente, contributivo e mercantilista.

O SUS é regulamentado por duas leis, sendo nº 8.080, de setembro de 1990, e nº 8142 de 28 de dezembro de 1990 - Leis Orgânicas da Saúde – LOAS. Suas responsabilidades são tripartite, acoplado as esferas federais, estaduais e municipais. Suas diretrizes são objetivas e trazem consigo ideário de democracia no país, na conjuntura a que foi realizada, com seus princípios de universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde.

Contudo, o que se percebe ao longo das décadas é a permanência do modo abstrato de ser cidadão pleno. Os direitos estão em modo de lei, contudo, sua efetivação no contexto atual, do processo neoliberal cada vez mais se solidificando e expandindo, aparentemente, torna-se inviável por essa lógica. Que com o novo e tão velho aparelho do Estado, sendo utilizado face a permanência dessa ordem burguesa, permanece como regulador. Isentando se da afirmativa pela Constituinte de promover e subsidiar o acesso universal aos direitos plenos todos os cidadãos.

3.1 A CLINICA INTEGRADA E A EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE ESTÁGIO.

A clínica Integrada do curso de odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, situada no campus do Fundão – Cidade Universitária, atende pacientes de 13 a 64 anos. Esta unidade é composta por alunos, professores, mestrandos e doutores os quais monitoram as práticas dos alunos que atendem os pacientes. O horário de atendimento da clínica segue 08 às 16hs, dividido em dois turnos, manhã e tarde de 2ª a 6ª feira. O paciente ao passar pela triagem e avaliado é direcionado a das clínicas¹. A durabilidade do tratamento varia por casos. Dependendo do agravo, pode ocorrer período de 2 anos ou mais até o termino do tratamento inicial.

A clínica Integrada, a rigor, tem a proposta de contemplar três tipos distintos de casos: Usuários regulares: aqui, eles realizam uma inscrição e, a partir disto, são chamados e obtém o cartão da instituição. Frise-se que, nesta modalidade, em geral, o usuário é atendido uma ou duas vezes por semana. Casos emergenciais: Neste particular, situam-se os usuários do atendimento de emergência, ou seja, eles procuram o “atendimento” quando estão sofrendo algum trauma imediato, seja por tombo, seja corte ou seja lesão, ocasionando dor. Tal “emergência” é realizada todos os dias. Casos Isolados: nesta categoria se encontram os pacientes que procuram a unidade para resolver um problema específico. Assim, eles são avaliados e, depois, direcionados a clínica responsável, de acordo com sua demanda, ao fim do tratamento seu vinculo com a faculdade acaba.

¹ Cabe dizer que a Clínica Integrada é composta pelos grupos de Geriodontologia , Dentística, Periodontia, Endodontia e Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial - ATM/ ADM . Para nós interessa discutir apenas a Clínica Integrada como um todo, que presta atendimento aos adultos, uma vez que é o nosso objeto de investigação.

Segundo dados levantados pelo setor de Serviço social em 2009, a “Clínica” chegou a atender 900 pacientes no ano da pesquisa. Além da população que busca o atendimento ser proveniente da cidade do Rio e do grande Rio, destacam-se aqui dois fatores básicos: em primeiro lugar, essa população de usuários se constitui, em sua maioria, de pessoas de baixa renda que moram em bairros de periferia e/ou comunidades carentes. Em segundo lugar, tais pessoas se constituíam por diferentes faixas etárias: de um lado, há muitas crianças, de outro, existem muitos indivíduos de faixa etária mais avançada.

Considerando, que essa “clínica” está inserida dentro de uma unidade pública e que não recebe verbas do Sistema Único de Saúde, em nome de sua manutenção, cobra-se dos pacientes uma contribuição, a qual, como dizem, é simbólica dos pacientes.

Como que o usuário da clínica chega ao Serviço social? Em suma, após a Triagem e avaliação do tratamento, o paciente é direcionado para o Setor de Serviço Social, mediante encaminhamento da Clínica Integrada a fim de realizar o levantamento socioeconômico. Nunca é demais apontar que, além desse levantamento, o assistente social ali, seja ele estagiário ou não, sob a inspiração de seu projeto ético e político, analisa os fatos de forma investigativa, ou seja, cumprindo sua tarefa, também vê e ouve a demanda desse usuário, fato que nos leva, na maioria dos casos, para que nos deparemos com uma realidade menos aparente.

(Aqui, em termos dessa realidade do usuário), torna-se necessário conhecer os determinantes socioeconômicos-culturais que a compõem - e que necessariamente se colocam e se articulam em âmbito mais amplo e na localidade onde os sujeitos vivem e integram. Esses determinantes são, na maioria das situações, constitutivos da questão social formulada pelas relações estabelecidas por uma sociedade de classes, extremamente desigual (Fávero, 2009, p. 4).

Enfim, diante de análise documental, além de classificar o usuário dentro de uma das categorias institucionais disponíveis, a fim de que ele pague as ditas taxas, há um pequeno espaço que pode ser usado a favor desse usuário. E, assim, o

Serviço Social, na medida do possível, procura isentar certos usuários dessa taxa de consulta ou, de outro lado, conceder algum desconto em situações pontuais.

Excetuando tais casos individuais, os quais, repito, são muito poucos no geral, todo o custo é pago pelo usuário². Os valores arrecadados, em tese, são revertidos em compra dos próprios materiais utilizados, sendo enviados para a Fundação José Bonifácio, a qual deverá posteriormente redistribuí-los para os setores competentes da faculdade.

No período de meu estágio, alguns fatos me chamaram a atenção a partir da observação. Dentre eles destaco: (a) mesmo considerando que existam questões próprias ao universo acadêmico - há que se cumprir o calendário de aulas ativas; existem prazos para que se façam provas, trabalhos e pesquisas, bem como existem momentos em que, diante de uma série de crises, a universidade pública entra em greves. Mas, de outro lado, tudo isso significará necessariamente que o usuário e seu atendimento odontológico fiquem em segundo plano? Em outras palavras, apareceu na nossa escuta desses usuários, por demanda espontânea, alguns problemas neste sentido. Apesar de alguns desses usuários cobrirem tais taxas, mesmo estando já comprometidas com um tratamento de longa duração, diante dessas ditas crises e/ou problemas acadêmicos internos, tais usuários tiveram dificuldades para concluir seu tratamento não só com o devido respeito, como também com a qualidade esperada.

(b) outro fato que apareceu na “demanda espontânea” é principalmente um tipo de queixa quanto ao descuido do “tratamento” quase que nunca conseguir ser realizado pelo mesmo profissional, fato que não só quebrava o vínculo de confiança, o qual é necessário na relação médico-paciente, como também, em alguns casos, poderia levar ao aumento da desistência. Fato que prejudicava, sobretudo, o usuário, pois não ele só perdia dinheiro, como a possibilidade de concluir um tratamento, prejudicando sua saúde bucal. Vale lembrar: o tratamento ali não só é

² Não há atualmente, no período de estágio, uma exposição das contas dos valores arrecadados, o que parece o balanço não é público. No ponto de vista de uma estagiária, não ver o retorno em melhorias para o usuário traz inquietações relevantes.

realizado mediante o pagamento de taxas, as quais, para aquele tipo de usuário, elas são onerosas, como também, apesar de estar precisando do tratamento, tal fator o abala, levando-lhe a desistência. Enfim, mesmo que em certos casos, possa se querer explicar que essa troca precisou ocorrer, pois o acadêmico desistiu do curso; mesmo que exista algum tipo de justificativa para justificar o injustificável que é uma grande rotatividade do profissional para atender o mesmo paciente. Vale lembrar que aumentar a desistência e prejudicar o usuário é um fator que não deva ser aceito em qualquer serviço de qualidade de atendimento ao cidadão³. Enfim, até aquele momento, essas mudanças estavam sendo feitas de forma inadequada ali. Inadequadas, principalmente ali, pois assim ficava parecendo para os usuários que em primeiro lugar deveria preponderar apenas o interesse do profissional (no caso o aluno que o atende), pouco importando o interesse do paciente.

Diante disso, temos então uma problemática na formação desses futuros profissionais: que profissional é esse quando visa apenas o seu interesse e não está preocupado com o interesse básico do paciente? A formação desse profissional, quando age assim, estará a serviço de quem? Sim, pensar essas perguntas é se ver diante de uma formação, de uma compreensão de mundo que pode se aproximar do modo de vida do homem unidimensional, o qual, no fundamental, aponta apenas para os interesses ultras individuais e mercadológicos.

(c) Outro ponto que nos pareceu um descuido, segundo as queixas que apareciam, diz respeito a questão de que as Clínicas não são unificadas e cada uma delas possui um número de vagas já predeterminada. A crítica a tal procedimento quer dizer o seguinte: por exemplo, se um usuário, depois de enfrentar a “fila” da unidade está em tratamento ali e precisar colocar “aparelho” numa outra “clínica”, o usuário, no caso, independentemente de sua urgência, só será atendimento devidamente, se entrar em outra fila de espera. Enfim, as queixas espontâneas que despontaram no Serviço social, novamente dizem que, neste ponto, estamos diante de uma nova desconsideração para a demanda real dos usuários. Sim, segundo o

³ A relação paciente/profissional abrange uma série de aspectos subjetivos que vão além do tratamento odontológico. A consulta ao dentista é um momento de grande importância, Ela tem um especial significado emocional para o paciente, pois se trata de um ato de bastante intimidade. Daí que ao se mudar de profissional constantemente, aumenta a possibilidade de tal tratamento ser fadado a uma série de fatores que levam ao fracasso (,Mota,2012).

ponto de vista das “queixas” isso é mais uma das provas que, pelo que tudo indica, o tratamento existe, em que se pesem um ou outro esforço, mais para formar estudantes através do estágio, do que para melhorar de fato a saúde bucal da população que vai até a tais “clínicas” buscar o apoio para a sua saúde.

Enfim, eis mais um ponto, no qual, a ordem do capital tanto nos atravessa, quanto nos faz viver de acordo com o modo de vida capitalista, no qual só importa os meus negócios, os meus desejos, os meus interesses. Fato que, além de estar inserido na nossa própria subjetividade, para Marcuse (2006), tem relação com a criação de uma “alma consumista”. Esta tanto foi criada pela sociedade capitalista, ao longo de nosso processo de socialização institucional (através da família, da escola, da religião, do trabalho etc.), como também faz que passemos a agir de acordo com eles valores, como se tal modo de agir fosse natural.

(d) Em termos das críticas as taxas, em resumo, poderíamos apresentá-las da seguinte forma: de um lado, imagine se você estivesse em uma das melhores universidades públicas brasileira, a qual é um lugar em que se faz de fato ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Depois, imagine que, nesta “pública” existe uma faculdade de odontologia cuja proposta básica é tratamento dentário, sobretudo, para uma ⁴população pobre que mora em zonas da periferia e mal tem dinheiro para comer, custear suas despesas de condução, manutenção familiar.

Agora, retornando a tal “clínica”, imagine que ela, com vistas ao atendimento dessa população, está cobrando taxas de manutenção para o atendimento prolongado, as quais, analisando criticamente a situação social e econômica dos atendimentos, beira o absurdo: ali são cobradas taxas por um suposto tratamento prologando (sim, como dizem, há vários casos em que o paciente tem que fazer canal e o material dentário é caro, para ficar em alguns exemplos), mas, além disto, também são cobradas taxas de atendimentos cotidianas, ou seja, cada vez que o usuário precisa ser atendido, cada vez ele paga uma taxa de manutenção próprio por tal serviço. Ah, como dizem, tal dinheiro arrecadado, mesmo sendo oneroso

⁴ - Dados levantados pela pesquisa realizada pelo setor de serviço social em 2009. Verificou que o perfil do usuário atendido nas clínicas era: A maioria residente da Baixada do Rio de Janeiro e bairros da zona norte do Estado, com renda bruta de até 3 salários mínimos.

para tal público, faz-se necessário, pois é através dele que se pretende manter a clínica desses atendimentos. Imagine agora que, mesmo escutando tal argumento, se você fosse um usuário constante, por si mesmo constata que o seu dinheiro, pelo que tudo indica, não está realmente sendo aplicado para melhorar o atendimento em questão, quiçá as instalações. Sim, pois, pela sua percepção as coisas “por ali”, em vez de melhorarem, estão cada vez piores...

Detalhe: se você imaginou tudo isso, a partir de agora, fique sabendo que não é imaginação, pois tudo isso, segundo o relato dos usuários, dado espontaneamente para esta que escreve estas linhas é a realidade vivida por aqueles usuários em relação aos atendimentos odontológicos feitos pela unidade em questão.

O que isso implica principalmente para nosso trabalho? Ora, obviamente, tais relatos poderão ser discutidos de vários lugares. Contudo, para nós, neste trabalho, antes de tudo, considerando que os usuários dessa clínica são, em sua grande maioria, de classe socioeconomicamente baixa; considerando que apesar de pertencer a tal classe ele ainda paga pelo tratamento na clínica em questão, obviamente aqui, no mínimo, há uma desconsideração na leitura social no lidar com essa população

Mas, de outro lado, tal desconsideração tem principalmente relação com os seguintes fatores: (a) há ali, a rigor, a preponderância e a vivência de uma cultura altamente individualista, cultura essa que é vivida, antes de tudo, pelos profissionais e estudantes que se propõem a atender tal população. Evidentemente, tal fato não tem justificativa em hipótese alguma, mas, lamentavelmente pode ser explicado através do debate de que aquele grupo extremamente individualista está vivendo sob o modo de vida do Homem Unidimensional. (b) um outro fator que está em jogo no tipo de relação proposta aos usuários na “clínica” em questão, acima de tudo, refere-se a uma leitura própria sobre a cidadania que pode estar preponderando ali. Sim, também nada justifica essa leitura, mas, aqui, no nosso trabalho, uma das explicações básicas pode estar na compreensão de que ali não se vê aqueles usuários como sujeitos do direito, já que eles, em geral, são pretos, pobres e favelados. Em outras palavras, a visão da cidadania que prepondera naquela

instituição que atende esses usuários é uma cidadania muito afinada com a globalização mercadológica, a qual, de forma totalmente equivocada, defende que só há cidadania quando tal cidadão apresentar-se com alto poder de consumo.

Enfim, entendemos que uma nova mudança social pode romper com as novas formas de controle que o capitalismo impõe e como consequência o fim desse sistema econômico calculista. Apenas dessa forma haverá instrumentos reais para a “emancipação humana”.

A emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana (TONET,2005)

Entende-se que a desigualdade social é gerada pela tendência crescente da reprodução do capital, e que ao domínio dessa lógica cria-se condições quase que insuperáveis para a emancipação humana, que tem como pressuposto homens livres, com horários reduzidos de trabalho e uma econômica que reproduza riquezas voltadas para toda sociedade.

Para esse formato de sociedade a mudança deve ser realizada como mostra a história, pelos próprios cidadãos. Que almejam uma mudança real e concreta na efetivação de seus direitos. Não esperando mudanças que reorganizem a estrutura capitalista para mantê-la, mas para sua exterminação de forma a gerar um novo projeto societário em busca da real liberdade humana e sua valorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão que a pesquisa aponta é que, diante da proposta de entender as queixas recorrentes que chegaram ao setor de serviço social da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ocasião em que realizei estágio; diante desse procedimento que veio à tona, como já argumentamos, através de uma demanda espontânea, apareceu uma problemática curiosa. Em outras palavras, uma das primeiras conclusões deste trabalho é que, através de tal procedimento, constatamos que está ocorrendo naquela “clínica”, no mínimo, uma falta de leitura social mais cuidadosa com a população de usuários que vão até lá buscar um tratamento.

Traduzindo: considerando que essa leitura de desconsideração social com seus usuários é preponderante, inclusive trazendo prejuízos para relação-médico paciente, em síntese, mesmo que, sob hipótese alguma se justifique, essa primeira conclusão indica o seguinte: tal fato está ocorrendo, pois há a preponderância de uma prática de uma cultura altamente individualista, principalmente da parte de boa parte dos profissionais no trato com os usuários. Este fator, como apontou o trabalho, é decorrente de que ali, no fundamental, há uma identificação, em geral, com os valores do modo de vida do homem unidimensional.

A segunda conclusão que o nosso trabalho indicou é que, em tese, essa cultura individualista não é privilégio apenas dos profissionais da clínica em questão. Ao contrário, trata-se de uma cultura individualista que está disseminada, de forma ampla, por toda sociedade, bem própria para se viver sob os auspícios da unidimensionalidade do mercado. Obviamente não queremos dizer com isso que toda e qualquer clínica odontológica de uma universidade pública funciona sobre a égide do homem unidimensional, porém que esse fato lamentável, neste instante, está ocorrendo na clínica que estagiamos.

Terceira Conclusão: o fato de o homem unidimensional estar presente na clínica tem relação com a questão da cidadania focalizada, a qual ali prepondera.

Em outras palavras, observamos que, a rigor, considerando que o usuário é de classe econômica social baixa, neste momento ali ele é tratado mais como se estivesse recebendo uma “caridade”, do que um tratamento dentário que lhe é garantido por seus direitos plenos.

Evidentemente, sob hipótese nenhuma, isso se justifica, mas, lamentavelmente pode ser explicado pela crítica a um modo de vida que tem forte pendor de identificação com o modelo existencial e hegemônico do capitalismo atual. Sim, aqui, entre outros absurdos, só se é cidadão aquele que apresentar alto poder de consumo. Ou seja, como o usuário dessa clínica não tem esse poder, em geral, a ele é destinado um tratamento de cidadão fragmentado.

Uma quarta conclusão deste nosso estudo, acima de tudo, aponta que a dita lacuna em se lidar com os usuários na “clínica” em discussão tem relação com a leitura da cidadania no Brasil. Em outras palavras, desde que nosso país foi fundado, em tese, esteve sempre a favor de interesses das elites: seja no Brasil da colonização portuguesa, seja no Brasil do Império, seja no Brasil da República, seja no Brasil dos tempos atuais. Enfim, de tal ponto de vista, olhando a cidadania fragmentada que é oferecida nessa clínica, pode ser dizer que infelizmente, embora se situe em uma universidade pública, o tratamento que é oferecido, neste momento, para os usuários é uma ilustração absurda de que, historicamente, ele está mais a favor da cidadania da “Casa Grande”, e menos da cidadania de 99% da população.

Uma última conclusão, finalizando, poderá apontar para o seguinte: a discussão de nosso objeto, como se vê, não se esgota apenas com este trabalho. Ao contrário, considerando que estamos na UFRJ a qual é uma universidade que prima por realizar ensino, pesquisa e extensão de grande qualidade, principalmente a favor da população mais pobre, diante dos dados apontados aqui, talvez para continuarmos a repensar as lacunas que apareceram, faz-se mister que se façam outras pesquisas, inclusive para que possamos superar devidamente tais problemas existentes no campo do estágio e/ou da extensão, conforme foi apontado aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROUCA, R. **Breve Histórico Ilustrativo da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. São Paulo, Livraria Santos Editora, 2008.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições**. Revista katálise., Florianópolis, v. 17, n 1, p. 111-119, jan/jun.2014.

BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. **Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate**. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009, p. 197-217.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Raul; Iamamoto, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social No Brasil - 38ª Ed.** 2013, Cortez.

COHN, Amélia. **A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

CONGRESSO NACIONAL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COSTA, José Felipe Riani. CHAGAS, Luciana de Deus. SILVESTRE, Rosa Maria (orgs.). **A política nacional de saúde bucal do Brasil: registro de uma conquista histórica**. José Felipe Riani Costa / Luciana de Deus Chagas / Rosa Maria Silvestre Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006. 67 p.: il. color. (Série técnica desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde; 11) ISBN: 1. Políticas de Saúde.

COSTA, N. R. **Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil**: v.2. 2. ed. Petropolis: Vozes, 1986. 115 p.

FÁVELO, EUNICE. **Instruções sociais de processos, sentenças e decisões - CFESS - Serviço Social -Direitos Sociais e Competências Profissionais** (2009).

GOULART, Fabio. Marx e Marcuse: **Acerca da Alienação do Homem e seu Trabalho**. Revista Opinião Filosófica, Porto Alegre, v.05; nº.01,2014;

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IANNI, O. **A Questão Social. Questão Social**. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 5, São Paulo: Fundação SEADE (1), jan./mar., 1991.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. (Tradução de Giasone Rebuá). 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MARCUSE, Herbert. Cultura e Sociedade. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARCUSE, Herbert. **O caráter afirmativo da cultura (1936) In: Cultura e sociedade**. Wolfgang Leo Maar (org.) Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo, Paz e Terra, 1997. pp. 89-136

MARSHALL T.H., **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967;

MENDES, E.V. (org). **Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1994. p.310

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

PAIM, JS. **Modelos de atenção à saúde no Brasil**. In: Giovanella L (orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São paulo: boitempo editorial, 2014.

SOUTO, A.C. Saúde e política. **A Vigilância Sanitária no Brasil:1976-1994**. (Dissertação de Mestrado. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia) 1996;

Sites Visitados:

MOTA, Luciene. **Humanização no atendimento odontológico: acolhimento da subjetividade dos pacientes atendidos por alunos de graduação de odontologia,2012**. Disponível em:
http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151609392012000300005&script=sci_arttext > Acesso em: 15 de julho. 2016.

TONET, Ivo. **Cidadania ou Emancipação Humana**, 2005. Disponível em:
<http://www.espacoacademico.com.br/044/44ctonet.htm> > Acesso em: 15 de Julho
2016.